

EUA x China: Brasil e América Latina na Encruzilhada Geopolítica Pós-Trump

Thiago de Aragão

Entre Gigantes: O Brasil na Nova Era da Geopolítica

Luiz Augusto de Castro Neves

Economia Chinesa: Diante de Tantas Incertezas, Algumas Certezas

Fabiana D'Atri

Eficiência Administrativa e Maior Participação Popular: Vetores da Nova Governança da China

Evandro Menezes de Carvalho

Brasil Amplia Exportações de Minerais Estratégicos para a China

Tulio Cariello

Patrocínio:



CARTA BRASIL-CHINA

é uma publicação do Conselho Empresarial Brasil-China, que reúne reflexões acerca dos principais tópicos da agenda sino-brasileira, por meio de entrevistas, artigos e análises, cedidas por renomados estudiosos da área, empresários e membros dos governos brasileiro e chinês com experiência prática nas relações bilaterais.



CONSELHO
EMPRESARIAL
BRASIL-CHINA
巴中企业家委员会

cebc@cebc.org.br
+55 21 3212-4350
www.cebc.org.br

SOBRE O CEBC:

Fundado em 2004, o Conselho Empresarial Brasil-China é uma instituição bilateral sem fins lucrativos formada por duas seções independentes, uma no Brasil e outra na China, e dedicada à promoção do diálogo entre empresas nos dois países.

O CEBC concentra sua atuação nos temas estruturais do relacionamento bilateral sino-brasileiro, com o objetivo de aperfeiçoar o ambiente de comércio e investimento entre os países.

O CEBC foi, em 2015, reconhecido oficialmente, no Plano de Ação Conjunta assinado entre o Brasil e a China, como o principal interlocutor dos governos na promoção das relações empresariais entre os dois países. Em 2019, no âmbito da Quinta Reunião Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível (COSBAN), presidida pelos vice-presidentes do Brasil e da China, as partes reconheceram novamente o papel relevante desempenhado pelo Conselho como canal de comunicação com a comunidade empresarial.

PATROCINADOR OFICIAL DESTA PUBLICAÇÃO:



O Banco Bradesco apresenta produtos e serviços para diferentes perfis de clientes e também atua com a proposta de suprir as demandas de empresas interessadas em estabelecer e estreitar relações comerciais nos mercados brasileiro e chinês. Para isso, o segmento Corporate mantém uma gestão de relacionamento centralizada, oferecendo soluções estruturadas – Tailor Made e de Mercado de Capitais – e gerentes especializados em visões de risco, mercado e setores econômicos. Os atendimentos são exclusivos para que as empresas recebam soluções customizadas de acordo com os negócios realizados. Ao mesmo tempo, as Agências e Subsidiárias no Exterior (Nova York, Londres, Grand Cayman, Luxemburgo, Hong Kong, Buenos Aires e México) têm como objetivo a obtenção de recursos no mercado internacional para repasses a clientes, principalmente por meio de financiamento a operações de comércio exterior brasileiro. Para mais informações acesse o site bradesco.com.br

PRESIDENTE

Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves

DIRETORES

Banco do Brasil - **Juliano Marcatto**
Bayer - **Demetrius Cruz**
BNDES - **Bruno Reis**
Bradesco - **José Leandro Borges**
BRF - **Bruno Ferla**
CNA - **Sueme Mori Andrade**
Comexport - **Roberto Amadeu Milani**
Embraer - **José Serrador Neto**
Itaú Unibanco - **Luciana Nicola**
JBS - **Marcela Rocha**
Petrobras - **Francisco Vervloet**
Prumo Logística - **Eduardo Kantz**
Suzano - **Pablo Machado**
Vale - **Gustavo Niskier**
Veirano Advogados - **Marcos Ludwig**

DIRETORA DE ECONOMIA

Bradesco Asset - **Fabiana D'Atri**

ASSOCIADOS

99 Tecnologia · Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) · Alibaba · Alubar · AON · Banco do Brasil · Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) · Bayer · BOCOM BBM · Bradesco · BRF · China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) · Comexport · Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) · Confederação Nacional da Indústria (CNI) · Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) · Corteva Agriscience · CPFL Energia · CropLife Brasil · Embraer · Fiberhome China · Fundação Dom Cabral (FDC) · GWM Motors · Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ) · Itaú · JBS · Kasznar Leonards · Kwai · Licks Attorneys · Patri Políticas Públicas & Public Affairs · Petrobras · Pinheiro Neto Advogados · Prumo Logística · Reag · Souto Correa Advogados · SPIC Brasil · Suzano · TCL Semp · Timbro · Vale · Veirano Advogados · Velloza Advogados

ACOMPANHE O CEBC ONLINE:



SITE LINKEDIN X YOUTUBE INSTAGRAM THREADS

COMITÊ CONSULTIVO

Embaixador Marcos Caramuru de Paiva
Embaixador Marcos Galvão
Embaixadora Tatiana Rosito
Ivan Ramalho
Jorge Arbache
Larissa Wachholz
Luiz Fernando Furlan
Marcos Jank
Octavio de Barros
Reinaldo Ma
Renato Baumann
Roberto Fendt
Tatiana Prazeres
Embaixador Sergio Amaral (In Memoriam)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretora Executiva
Cláudia Trevisan
claudia.trevisan@cebc.org.br

Diretor de Conteúdo e Pesquisa
Tulio Cariello
tulio.cariello@cebc.org.br

Coordenadora de Eventos
Denise Dewing
denise.dewing@cebc.org.br

Analista Internacional
Camila Amigo
camila.amigo@cebc.org.br

Assistente de Conteúdo e Pesquisa
Mariana Quintanilha
mariana.quintanilha@cebc.org.br

Gerente Financeiro
Jordana Gonçalves
jordana.goncalves@cebc.org.br

Assistente Administrativo
Juliana Alves
juliana.alves@cebc.org.br

Estagiária
Carla Flores
carla.flores@cebc.org.br

Estagiária
Carolina de Souza Leal
carolina.leal@cebc.org.br

Entre Gigantes: O Brasil na Nova Era da Geopolítica

Por **Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves** *

Em meio à transição da ordem internacional, marcada pela ascensão da China e pela reação dos Estados Unidos, o Brasil deve buscar alternativas para equilibrar suas relações com os dois gigantes, diversificar parcerias e reduzir vulnerabilidades

Há alguns anos o Conselho Empresarial Brasil-China vem destacando insistentemente o tema da ordem internacional em processo de transição acelerada. Diz-se, a propósito, que uma ordem internacional entra em crise quando não consegue mais acomodar as relações de poder ou, de forma mais explícita, quando uma potência em ascensão não se conformar com o papel que lhe é atribuído por um sistema que considere restritivo à sua capacidade de atuação internacional, ou ainda, quando uma potência tida como hegemônica considerar que a ordem internacional vigente começa a impor limitações que considera inaceitáveis para o exercício de sua hegemonia tal como ela é percebida.

A chamada Guerra Fria consagrou a hegemonia norte-americana como a principal potência política, econômica e militar do mundo. Contudo, em um mundo em constante evolução e, sobretudo, mais globalizado, as referências mudam com rapidez crescente. Dois eventos introduziram novas referências, tornando instável (ou, quem sabe, insustentável) a or-

dem internacional até então vigente. O primeiro evento, de caráter mais simbólico, foi o atentado contra as Torres Gêmeas em Nova York, que explicitou as vulnerabilidades e os limites de poder da superpotência hegemônica. O segundo evento, de caráter estrutural, foi a emergência da China, que colocou em evidência sua nova posição de ator de primeira grandeza no cenário internacional.

A eleição do Presidente Donald Trump enquadra-se com clareza em sua percepção de que uma nova ordem internacional poderá colocar em xeque a hegemonia norte-americana, haja vista o lema “Make America Great Again” (MAGA), cuja mensagem implícita é que a América (leia-se os Estados Unidos) já foi mais poderosa no passado. As primeiras medidas do novo governo parecem mais destinadas a destruir a ordem internacional vigente, ainda que cada vez mais precariamente, do que deitar as bases de um novo paradigma de relações internacionais. Os objetivos enunciados incluem, *inter alia*, equilibrar as relações comerciais,



“O momento atual requer um esforço sério para diversificar o nosso comércio exterior e reduzir nossas eventuais vulnerabilidades.”

* Presidente do CEBC. Foi Embaixador do Brasil na China, no Japão e no Paraguai. No Itamaraty, foi Secretário-Geral Adjunto das Relações Exteriores e Diretor-Geral para as Américas. Foi Presidente do CEBRI e atualmente é Vice-Presidente Emérito. É mestre em Economia pelo University College da Universidade de Londres.

trazer indústrias para os EUA, aumentar a receita fiscal mediante a imposição de tarifas elevadas, reduzir impostos e o déficit público, restringir a entrada de imigrantes e, no plano externo, conter a China.

Paradoxalmente, os anúncios feitos até agora pelo governo norte-americano têm sido percebidos como hostis a seus aliados, o que os têm levado a tomar medidas que um analista político denominou de “global hedging”, buscando alternativas que sugerem algum desacoplamento em relação à economia dos EUA. No caso do Brasil, cuja balança comercial com os EUA é deficitária, o “tarifaço” norte-americano foi mínimo (10%) em comparação com outras alíquotas anunciadas. O que pode chamar a atenção é o fato de o nosso principal parceiro comercial ser a China, principal rival dos Estados Unidos nas movimentações geopolíticas que deverão moldar uma nova ordem internacional. Assim, é possível imaginar que o Brasil também adote algum grau de “global hedging”, tendo em conta que a economia brasileira ainda é muito fechada, certamente mais protecionista do que a dos EUA, o que nos permitirá, em princípio, algum espaço negociador em matéria tarifária. De qualquer modo, o momento atual requer um esforço

“

A eleição do Presidente Donald Trump enquadra-se com clareza em sua percepção de que uma nova ordem internacional poderá colocar em xeque a hegemonia norte-americana, haja vista o lema ‘Make America Great Again.’”

sério para diversificar o nosso comércio exterior e reduzir nossas eventuais vulnerabilidades.

Como não podia deixar de ser, a Carta Brasil-China deste mês traz textos que exploram temas da atual conjuntura geopolítica e econômica. Thiago de Aragão, Diretor de Estratégia da Arko Advice, aborda os cenários possíveis para o Brasil e a América Latina frente ao acirramento da rivalidade entre Estados Unidos e China, em especial tendo em vista a aproximação de Pequim com os países latino-americanos e a mudança de tom do governo Trump, que agora busca uma presença mais assertiva na região. Fabiana D’Atri, Diretora de Economia do CEBC, discorre sobre as perspectivas da economia chinesa, mostrando que, apesar das pressões dos Estados Unidos e de um cenário internacional instável, a China tem demonstrado capacidade de reação por meio de

estímulos internos, avanços em inovação e da ampliação de suas parcerias internacionais. Tulio Cariello, Diretor de Conteúdo do CEBC, analisa em detalhe os números do comércio Brasil-China no primeiro trimestre do ano, em especial em áreas como minerais estratégicos e produtos como painéis solares e carros eletrificados, fundamentais na agenda de transição energética e sustentabilidade, temas prioritários para a China e o Brasil. Evandro Carvalho, Professor de Direito Internacional da FGV Direito Rio, examina as recentes reformas políticas do Estado chinês, com foco nos novos vetores da governança do país, como a busca por maior eficiência administrativa e participação popular.

Boa leitura!



EUA x China: Brasil e América Latina na Encruzilhada Geopolítica Pós-Trump

Por **Thiago de Aragão***

Com a volta de Trump e a crescente presença da China na região, Brasil e América Latina enfrentam um cenário geopolítico cada vez mais polarizado, buscando equilibrar pragmatismo econômico e a defesa de seus próprios interesses

A reeleição de Donald Trump à Presidência dos Estados Unidos em 2024 redesenhou o tabuleiro geopolítico para o Brasil e seus vizinhos latino-americanos. Nos primeiros meses de 2025, a política externa de Trump tem mesclado nacionalismo econômico agressivo e uma tentativa de retomada da influência norte-americana no hemisfério, reacendendo a rivalidade com a China pela primazia na América Latina. Diante desse cenário, Brasil e demais países latinos buscam equilibrar interesses: de um lado, a longa sombra de Washington com tarifas e pressão tecnológica; de outro, o peso dos investimentos e do mercado chinês.

Nenhum país sul-americano sente tanto a disputa entre EUA e China quanto o Brasil. Maior economia regional, o Brasil consolidou nos últimos anos laços profundos com Pequim: desde 2009, a China é o principal destino das exportações brasileiras, posição reforçada pelo *boom* de *commodities*

da última década. Em 2024, 28% das exportações do Brasil tiveram a China como destino, mais que o dobro da fatia de 12% enviada aos Estados Unidos. Soja, minério de ferro, petróleo e carnes fluem em volume recorde para o mercado chinês, que se tornou essencial para o agronegócio e a mineração nacionais. Em troca, produtos manufaturados chineses inundam o mercado brasileiro, de eletrônicos a máquinas, frequentemente a preços imbatíveis.

O Brasil também tem laços políticos e militares estreitos com Washington, ainda que, em termos relativos, a relação econômica tenha perdido vigor. O comércio bilateral continua significativo, porém os EUA viram sua participação no mercado brasileiro declinar à medida que a China avançou. Sob o governo Joe Biden (2021-2024), Brasília e Washington buscaram cooperação em áreas como meio ambiente e democracia – simbolizada pela retomada do Fundo Amazônia

* Thiago de Aragão é Diretor de Estratégia da Arko Advice e assessora diretamente dezenas de fundos estrangeiros sobre investimentos no Brasil e Argentina. Sociólogo, mestre em Relações Internacionais pela SAIS Johns Hopkins University e Pesquisador Sênior do Center for Strategic and International Studies de Washington DC, Thiago vive entre Washington DC, Nova York e Brasília.



“Nenhum país sul-americano sente tanto a disputa entre EUA e China quanto o Brasil.”

e o apoio de Biden ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva após os ataques golpistas em Brasília em janeiro de 2023. Contudo, divergências ideológicas e geopolíticas persistiram: Lula adotou uma política externa assertiva e multipolar, defendendo a paz negociada na guerra da Ucrânia (com ênfase na posição russa) e criticando sanções unilaterais, postura nem sempre alinhada aos EUA.

Trump 2.0 e o Brasil: entre a diplomacia de confronto e o pragmatismo econômico

A chegada de Trump 2.0 trouxe um novo tom. Diferentemente de seu antecessor democrata, Trump não esconde o ceticismo com fóruns multilaterais e pautas ambientalistas, priorizando a lógica transacional do “America First”. Já nos primeiros dias de mandato o Presidente republicano sinalizou desinteresse em cortesias diplomáticas com líderes de esquerda na região. A relação pessoal entre Trump e Lula é fria – em contraste com a afinidade que Trump nutria com o Ex-Presidente Jair Bolsonaro.

Trump tem favorecido abertamente governantes ideologicamente alinhados, como o Presidente da Argentina, Javier Milei, conhecido por sua retórica anti-China e elogios a Trump. Essa reaproximação EUA-Argentina pressiona Brasília, que vê seu principal parceiro no Mercosul se afastar do bloco e flertar com um alinhamento automático pró-Washington. Lula, por sua vez, tenta manter uma linha de independência: reforçou laços com Pequim – visitou a China em 2023, recebeu o Presidente Xi Jinping em Brasília em novembro de 2024 e se prepara para retornar a Pequim em maio – ao mesmo tempo que tenta preservar canais com os EUA.

A visita de Xi resultou em mais de 30 acordos sino-brasileiros. Embora o Brasil tenha evitado aderir formalmente à Iniciativa Cinturão e Rota (BRI), preferindo “sinergias” pontuais, o Presidente chinês celebrou a parceria, afirmando que as relações sino-brasileiras vivem seu “melhor período da história”. Lula equilibra interesse econômico com cautela

estratégica: sinalizou que uma adesão plena à BRI dependeria de acesso mais amplo ao mercado chinês e investimentos que agreguem valor local. Essa postura reflete a busca brasileira por “autonomia estratégica”, colhendo benefícios dos dois gigantes sem atar-se completamente a nenhum deles.

Entretanto, a margem de manobra do Brasil pode diminuir caso Trump intensifique a pressão. Durante seu primeiro discurso ao Congresso, em março, Trump citou explicitamente o Brasil como exemplo de país que impõe tarifas elevadas a produtos americanos – uma referência às barreiras brasileiras em setores como veículos e eletrônicos. Dias depois, a Casa Branca incluiu o Brasil em um relatório de práticas comerciais “injustas”. Em abril, Trump declarou emergência nacional na área comercial e decretou uma tarifa geral de 10% sobre todas as importações, alegando reciprocidade frente a países que “se aproveitam” dos EUA. Essa medida draconiana – um “tarifaço” universal em vigor desde 5 de abril de 2025 – afeta diretamente exportações brasileiras de manufaturados e semimanufaturados para o mercado americano, encarecendo produtos como aço, celulose e calçados.



Foto: Pexels

O fortalecimento da relação Brasil-China em meio ao distanciamento dos Estados Unidos

Se o relacionamento político Brasil-EUA passa por incertezas, os laços econômicos sino-brasileiros seguem em plena expansão – parte de um movimento maior de investimento chinês na América Latina. Nas últimas duas décadas, a China tornou-se fonte crucial de financiamento e de obras de infraestrutura na região. Desde 2005, os bancos estatais chineses emprestaram mais de US\$ 120 bilhões a governos latino-americanos para projetos de energia e transporte, volume que supera os financiamentos de instituições ocidentais tradicionais. A Venezuela foi a maior beneficiada (cerca de US\$ 60 bilhões em empréstimos, atrelados ao fornecimento futuro de petróleo), mas o Brasil aparece como o segundo maior receptor de crédito chinês, acumulando perto de US\$ 30 bilhões em empréstimos contratados.

Nos investimentos diretos, empresas chinesas – muitas estatais – expandiram sua presença na região. Companhias como State Grid e China Three Gorges controlam fatias relevantes do setor elétrico brasileiro, enquanto Sinopec e

“

A narrativa de Washington ressalta que a América Latina arrisca cair em uma ‘armadilha de dependência’ da China, exportando só matérias-primas e importando produtos industrializados. Essa retórica, entretanto, esbarra em um problema prático: os Estados Unidos não oferecem alternativa comparável em volume de investimentos.”

CNOOC investem pesado em petróleo, por meio de participações em campos do pré-sal. A gigante Huawei equipou grande parte das redes de telecomunicações 5G, 4G e 3G no Brasil. Já a BYD, líder em veículos elétricos, comprou em 2023 a fábrica que a Ford fechou na Bahia e está construindo um complexo para produzir carros elétricos – preenchendo um vazio deixado pela saída da montadora americana.

A BRI foi abraçada por muitos países latino-americanos por capital para infraestrutura. Atualmente, 21 nações da América Latina e Caribe são membros da iniciativa, incluindo grandes economias como Argentina, Peru e Chile – sob pressão de Washington, o Panamá abandonou a BRI em fevereiro. Obras emblemáticas financiadas ou construídas por chineses têm surgido na região: portos de contêineres no Peru e no Panamá, hidrelétricas na Argentina, ferrovias e estradas na Bolívia, redes de telecomunicações 5G no Caribe. No Brasil, mesmo sem carimbo da BRI, a “agenda chinesa” avança via investimentos diretos e parcerias público-privadas.

A narrativa de Washington ressalta que a América Latina arrisca cair em uma “armadilha de dependência” da China, exportando só matérias-primas e importando produtos industrializados. Essa retórica, entretanto, esbarra em um problema prático: os Estados Unidos não oferecem alternativa comparável em volume de investimentos. O próprio governo Trump reconhece isso em privado – sua Corporação Financeira dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (DFC) possui recursos limitados perto do cofre chinês, e burocracia para liberar fundos. Assim, enquanto Washington alerta sobre os riscos, governos latino-americanos continuam vendo vantagens imediatas na parceria com Pequim: crédito, obras concluídas e, para a população, acesso a bens de consumo baratos.

O Brasil exemplifica bem essa ambivalência. A indústria nacional sofre para competir com os produtos chineses – fato que a pandemia e a atual inflação global evidenciam. Os setores têxtil e eletrônico reclamam da inunda-



A estratégia brasileira tem sido colher os frutos da relação com Pequim ao mesmo tempo que mantém diálogo com os EUA e diversifica parcerias (União Europeia, Índia, etc.), buscando evitar a dependência absoluta de um só polo.”

ção de importados baratos, assim como partes da cadeia automotiva sofrem com insumos chineses de baixo custo. Ainda assim, os investimentos chineses trazem benefícios tangíveis: a fábrica da BYD na Bahia deve gerar milhares de empregos diretos e indiretos onde antes havia um parque industrial ocioso. Além disso, a entrada de capital chinês ajuda a equilibrar o câmbio e financia *startups* de tecnologia e agronegócio.

Lula tem consciência dos riscos de longo prazo – já falou publicamente sobre agregar valor às exportações para “não vender só minério e soja” – mas, pragmaticamente, valoriza o papel da China como parceira no desenvolvimento, sem a qual muitas obras permaneceriam no papel. A estratégia brasileira tem sido colher os frutos da relação com Pequim ao mesmo tempo que mantém diálogo com os EUA e diversifica parcerias (União Europeia, Índia, etc.), buscando evitar a dependência absoluta de um só polo.

O ressurgimento da influência americana: uma nova Doutrina Monroe?

A volta de Trump à Casa Branca trouxe uma postura mais assertiva dos EUA na América Latina. Em contraste com seu

primeiro mandato, quando a região era tratada como secundária, salvo pelas pautas de imigração e Venezuela, Trump 2.0 colocou o Hemisfério Ocidental no topo da agenda. O novo Secretário de Estado, Marco Rubio, conhecido anti-comunista, realizou sua primeira viagem oficial à América Latina, visitando Panamá, Colômbia e México em fevereiro. Paralelamente, Trump reverteu gestos de distensão de Biden. No dia 20 de janeiro, recolocou Cuba na lista de Estados Patrocinadores do Terrorismo, reforçando sanções à ilha. Também suspendeu a permissão que havia sido concedida em 2022 para empresas americanas importarem limitado volume de petróleo venezuelano.

No *front* econômico, além do “tarifaço”, a administração Trump mira acordos comerciais e cadeias produtivas. Em março, o Presidente comemorou a assinatura de um acordo pelo qual a gigante financeira BlackRock, dos EUA, liderou a compra de operações portuárias da empresa Hong Kong Hutchison em todo o mundo – incluindo os portos nas duas extremidades do Canal do Panamá. Essa transação bilionária, festejada como vitória estratégica, retira dos chineses o controle de terminais críticos por onde passam fluxos comerciais interoceânicos.

No entanto, numa jogada envolta no processo de retaliação tarifária, Xi Jinping colocou a autorização dessa transação em “pausa”. Na América Central, Trump pressiona por mudanças no CAFTA (acordo de livre-comércio com países da região) para incluir cláusulas anti-China, como restrições a tecnologias chinesas nas telecomunicações locais. O governo também avalia a possibilidade de acordos bilaterais com países-chave. Em março, Trump disse que poderia considerar um acordo de livre comércio com a Argentina, algo proposto por Milei. Se Buenos Aires realmente seguir esse caminho, Brasília enfrentará um dilema: ceder e renegociar as regras do bloco sul-americano ou arriscar ver a Argentina romper unilateralmente, fragmentando a integração regional.

Outro pilar da ofensiva de Trump é tecnológico e militar. A Casa Branca retomou com vigor a campanha contra a presença da Huawei e outras empresas de tecnologia chinesas nas redes latino-americanas. Washington oferta financiamento via DFC para operadoras que optem por fornecedores ocidentais de 5G e estuda até preferências comerciais (como acesso privilegiado ao mercado americano) para governos que excluam fornecedores chineses de infraestruturas críticas.

Apesar da pressão, a maioria dos países latino-americanos tem resistido a banir a Huawei – caso do Brasil, onde as operadoras de telecomunicações já usam amplamente equipamentos chineses e argumentam que bani-los seria custoso e atrasaria a implantação das redes.

Em termos geopolíticos e de segurança, a retórica de Trump reacende ecos da Guerra Fria. O Presidente e seus auxiliares mencionam explicitamente a Doutrina Monroe – a velha máxima de que o Hemisfério Ocidental é esfera de influência exclusiva dos EUA. Em dezembro de 2024, ainda como Presidente eleito, Trump causou alvoroço ao postar que os EUA “deveriam controlar o Canal do Panamá” novamente, insinuando que a China já o “opera” nos bastidores. Desde a devolução do canal ao Panamá em 1999, nenhum líder americano havia sugerido reverter o status quo. Trump, porém, acusou Pequim de ganhar influência indevida sobre a via interoceânica.

Em Bogotá, o então Chanceler colombiano Luis Gilberto Murillo postou uma crítica velada: “Em 1823, os EUA lançaram a Doutrina Monroe levantando seu porrete. Em 2025, voltam a brandir o porrete contra a América Latina. Os predadores não mudaram, mas a América Latina mudou – e já não está sozinha”. A mensagem – referindo-se implicitamente à presença da China como contrapeso – viralizou nas redes regionais. Pequim, por sua vez, reagiu por meio de sua Embaixada no Panamá afirmando que “a China jamais interferiu na administração do Canal do Panamá...

A única vez na história em que o canal foi fechado foi por uma invasão dos EUA” e completou dizendo que a América Latina não é “quintal de ninguém”.

As relações exteriores da América Latina e a disputa entre EUA e China: um exercício de equilíbrio

As ações de Trump prenunciam uma relação atribulada entre Washington e América Latina nos próximos anos. O Presidente americano parece disposto a recuperar influência a qualquer custo, combinando incentivos para aliados e punições para quem se afastar de sua órbita. Esse curto prazo marcado por tarifas generalizadas, endurecimento ideológico e gestos de força levanta dúvidas sobre a eficácia da estratégia. Há quem alerte que os EUA, agindo como “touro em loja de porcelana”, podem acabar empurrando ainda mais países latino-americanos para os braços da China.

Ao pintar Washington como um “bully” e reavivar memórias intervencionistas, Trump arrisca desfazer a simpatia que muitos latino-americanos nutrem pelos valores democráticos e culturais dos EUA. Em contraposição, a China capitaliza diplomaticamente: aproveita-se do vácuo deixado pela retirada americana em áreas como combate a mudanças climáticas e investimentos em energia limpa, apresentando-se como parceira confiável de longo prazo, sem condicionais políticas evidentes, apesar de existentes. Mesmo figuras historicamente alinhadas aos EUA adotam tom cauteloso – governos de centro-direita no Chile, Uruguai e Equador reafirmam que não desejam escolher lados, e que seguirão uma postura pragmática e “neutra” para manter laços com ambos os gigantes. Essa busca de equilíbrio tem sido a tônica regional nas últimas décadas e tende a continuar.

No caso do Brasil, a perspectiva é de manutenção do curso atual de autonomia. Lula deve intensificar a cooperação Sul-Sul e o fortalecimento do BRICS, que ganhou novos membros em 2024, ao mesmo tempo que evita confronto aberto com os EUA – por exemplo, mantendo diálogo em fóruns



Trump arrisca desfazer a simpatia que muitos latino-americanos nutrem pelos valores democráticos e culturais dos EUA. Em contraposição, a China capitaliza diplomaticamente: aproveita-se do vácuo deixado pela retirada americana em áreas como combate a mudanças climáticas e investimentos em energia limpa.”



Foto: Unsplash

como o G20 e acolhendo investimentos americanos. No entanto, o grau de atrito ou aproximação com Washington dependerá também da evolução da política interna: a campanha presidencial brasileira de 2026 já desponta no horizonte, com a eventual, mas difícil, candidatura de Bolsonaro ou de um herdeiro político. Trump e Milei claramente torcem por uma guinada à direita no Brasil, o que alinharia três das maiores economias das Américas sob governos ideologicamente afins.

Se isso ocorrer, poderemos ver um eixo Washington-Brasília-Buenos Aires buscando conter a influência chinesa – possivelmente revisando acordos comerciais e impondo limites a empresas chinesas na região. Claro, isso seria algo teórico, pois na prática, o papel do agronegócio brasileiro como grande fornecedor da China faz com que a direita brasileira adote tom mais conciliador e ambíguo em relação ao país asiático. Por outro lado, se Lula ou seu campo político mantiverem o poder, é provável a continuidade da estratégia de “não alinhamento ativo”, em que o Brasil colabora com os EUA em pontos de convergência – por exemplo, iniciativas anticorrupção ou projetos de infraestrutura verde, se houver interesse mútuo –, mas também reforça parcerias com China, Europa e outros.

“

Geopoliticamente, a América Latina parece caminhar para um ambiente de competição semelhante a um novo ‘Grande Jogo’, em que cada país tenta auferir ganhos sem se submeter integralmente a nenhuma potência.”

Na América Latina em geral, as perspectivas variam conforme as urnas e as economias. Entretanto, o pragmatismo econômico costuma falar mais alto que a ideologia quando se trata da China. Mesmo governos de direita, como ocorreu com Sebastián Piñera no Chile ou Iván Duque na Colômbia, mantiveram ou até ampliaram os laços com Pequim. Isso sugere que, independentemente de quem esteja no poder, poucos na região querem renunciar aos benefícios das relações com a China. A diferença sob Trump 2.0 é que a pressão para tomar partido aumentará, desde que os EUA consigam formular algo para colocar na mesa.

Geopoliticamente, a América Latina parece caminhar para um ambiente de competição semelhante a um novo “Grande Jogo”, em que cada país tenta auferir ganhos sem se submeter integralmente a nenhuma potência. Esse jogo pode trazer oportunidades – por exemplo, setores como agricultura e mineração na América Latina podem lucrar com a guerra comercial EUA-China, suprimindo *commodities* à China que antes eram compradas dos norte-americanos. Isso ocorreu em 2018-2019, quando as vendas de soja brasileira para a China dispararam após tarifas de retaliação de Pequim contra produtos dos EUA.

Por outro lado, uma desaceleração econômica global provocada por escaladas tarifárias pode atingir duramente a América Latina, que ainda se recupera dos efeitos da pandemia e de crises de dívida. A volatilidade aumentará: áreas mais dependentes de capitais externos e do mercado americano, como México e América Central, sentirão o impacto das medidas protecionistas e de eventuais taxas sobre remessas de imigrantes, enquanto os mais entrelaçados com a China, incluindo Chile, Peru e Brasil, ficarão expostos às flutuações da economia chinesa e às decisões de Pequim.

Em resumo, Brasil e América Latina encaram os próximos anos com um delicado exercício de equilíbrio. A reeleição de Trump intensificou as pressões norte-americanas, revivendo políticas de potência que muitos julgavam ultrapassadas.

“

Brasil e América Latina encaram os próximos anos com um delicado exercício de equilíbrio. A reeleição de Trump intensificou as pressões norte-americanas, revivendo políticas de potência que muitos julgavam ultrapassadas. Já a China, com sua diplomacia econômica, permanece expandindo sua influência, ainda que enfrentando críticas e ajustes de percurso.”

Já a China, com sua diplomacia econômica, permanece expandindo sua influência, ainda que enfrentando críticas e ajustes de percurso. Nesse tabuleiro, nenhum movimento é isento de riscos. Mas a região não é mais espectadora passiva e países latino-americanos deixaram claro que valorizam sua autonomia de decisão. Como sintetizou um analista colombiano, “os tempos mudaram e a América Latina não está sozinha” – uma referência à presença chinesa, mas também à postura mais assertiva que a região busca adotar em defesa de seus próprios interesses.

Economia Chinesa: Diante de Tantas Incertezas, Algumas Certezas

Por **Fabiana D'Atri***

Mesmo com pressões vindas dos Estados Unidos e cenário internacional marcado por instabilidade, China tem mostrado capacidade de reação com estímulos internos, impulsos na área de inovação e diversificação de parcerias no exterior

Em um contexto geopolítico marcado pelo aumento de tensões comerciais entre os Estados Unidos e o restante dos países, a relação conflituosa com a China se destaca. Dado o desenrolar de diversos anúncios de tarifas e sanções, pensar sobre os próximos passos dessa relação torna-se uma tarefa quase inviável e, no mínimo, cercada de muita incerteza. Ainda assim, cabe levantar algumas certezas sobre a situação corrente da economia chinesa, bem como as possibilidades de reação no futuro.

A primeira certeza vem das condições econômicas mais favoráveis como decorrência de eventos importantes dos últimos trimestres. Para preservar o crescimento, o governo optou no final de setembro por uma mudança importante da política econômica. Os estímulos se deram em várias frentes, com alívio monetário, expansão fiscal, estabilização

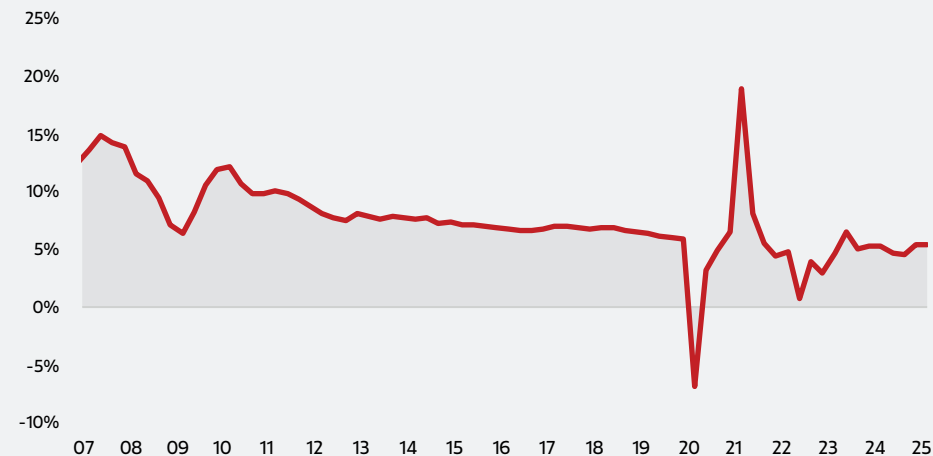
dos mercados acionários, programas voltados para consumo, entre outros. Um exemplo concreto que se destaca é a aceleração da emissão de títulos governamentais, com alta de quase 20%, considerando dados de março deste ano. Esses recursos, além de auxiliarem diretamente nas finanças dos governos locais, serão direcionados para projetos de desenvolvimento, como infraestrutura. Na sequência, no fim de janeiro, o sucesso no anúncio de novo modelo de Inteligência Artificial da chinesa DeepSeek e a reunião do Presidente Xi Jinping com empresas relevantes do setor privado impulsionaram a confiança e reforçaram as ações favoráveis ao crescimento, dando destaque para a tecnologia e ressaltando a importância das companhias de capital privado nesse contexto. Com isso, o PIB exibiu crescimento interanual de 5,4%, tanto no último trimestre do ano passado como nos primeiros três meses deste ano.

* Superintendente de Economia da Bradesco Asset e Diretora de Economia do CEBC. Graduada em Economia pela USP e mestre em Economia pela FGV EESP. Foi Economista do Banco Bradesco de Investimento e trabalhou na Mauá Asset Management, na Tendências Consultoria e no Banco Real ABN Amro. Por quase 14 anos esteve no Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos do Banco Bradesco atendendo a clientes e com foco na cobertura internacional, com destaque para economia chinesa.



O governo optou no final de setembro por uma mudança importante da política econômica. Os estímulos se deram em várias frentes, com alívio monetário, expansão fiscal, estabilização dos mercados acionários, programas voltados para consumo.”

GRÁFICO 1. VARIAÇÃO DO PIB REAL DA CHINA (CRESCIMENTO INTERANUAL)



Fonte: CEIC

A segunda certeza é o papel relevante do consumo interno nessa fase de aumento dos desafios vindos do cenário externo. De fato, há uma mudança expressiva nas intenções de estimular a demanda das famílias por parte das políticas públicas como estratégia para o crescimento. Desde meados do ano passado, o governo anunciou programas para incentivar a compra de bens através de descontos subsidiados pelo governo federal, em especial de eletrodomésticos, móveis e equipamentos tecnológicos e de comunicação. A reação da população tem sido positiva, com aumento das vendas desses itens, e tem favorecido também a elevação da confiança. Somado a isso, as discussões vindas do governo têm amadurecido bastante, com sinalizações de programas voltados para a população migrante e rural. No relatório divulgado no Congresso Nacional do Povo, em março deste ano, destaca-se a necessidade da melhoria do padrão de vida dos chineses, com ampliação da rede de bem-estar social e Previdência. Outro ponto importante é a extensão do debate para o consumo de serviços, como turismo e entretenimento, para além dos bens.

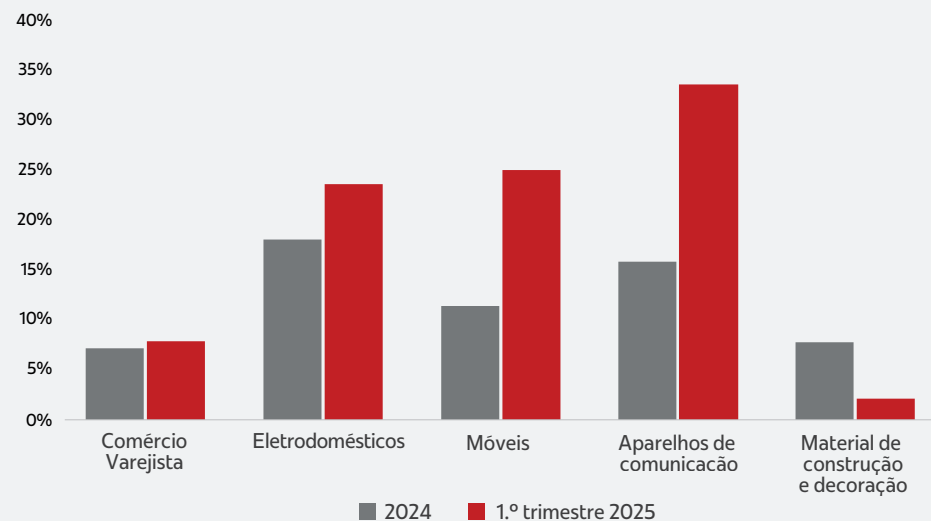


O governo anunciou programas para incentivar a compra de bens através de descontos subsidiados pelo governo federal, em especial de eletrodomésticos, móveis e equipamentos tecnológicos e de comunicação.”



Os estímulos econômicos compensarão parte importante do impacto negativo vindo das tarifas, que levarão a uma redução das exportações para os Estados Unidos.”

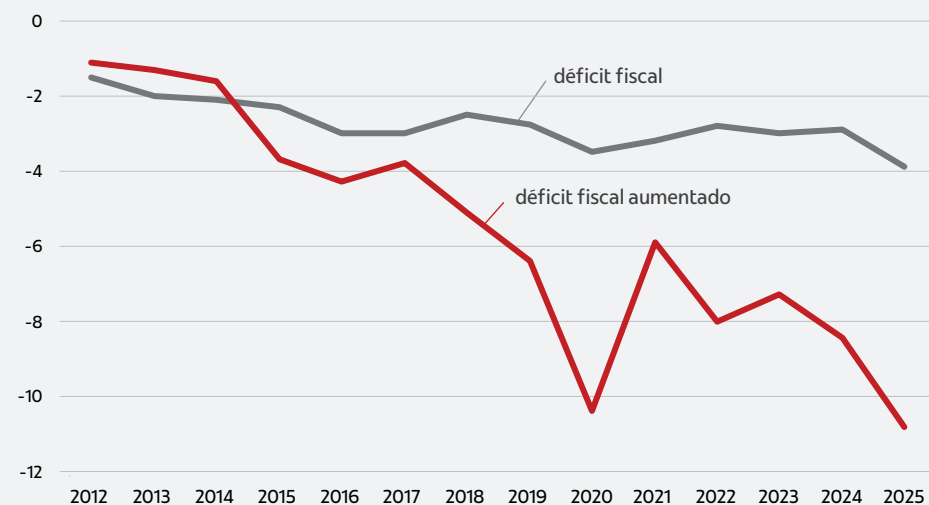
GRÁFICO 2. VENDAS NO COMÉRCIO VAREJISTA NA CHINA (VARIAÇÃO ACUMULADA)



Fonte: CEIC

A terceira certeza é que os estímulos econômicos compensarão parte importante do impacto negativo vindo das tarifas, que levarão a uma redução das exportações para os Estados Unidos. Em 2025, o déficit fiscal ampliado – que inclui recursos como as finanças dos governos locais – deve chegar a cerca de 11% do PIB, uma ampliação expressiva em relação aos anos anteriores. Ainda assim, entende-se que apenas parte dos impactos adversos do aumento das tarifas conseguirá ser contraposta pelos incentivos domésticos. Isso porque, a depender do nível proibitivo das tarifas, o crescimento será menor do que a meta de 5% de expansão do PIB. Espera-se que a perda de crescimento – em resposta ao aumento das tarifas e seus desdobramentos, como queda da confiança, redução de emprego – será relevante e provavelmente será parcialmente acomodada por meio de um ritmo menor de crescimento. Além da expansão fiscal, o governo também tem sinalizado esforços para estabilização do setor imobiliário e do mercado acionário.

GRÁFICO 3. DÉFICIT FISCAL DA CHINA REPRESENTADO COMO PERCENTUAL DO PIB



Fonte: Gavikal

A quarta certeza é que o direcionamento dado ao setor de tecnologia será intensificado. De fato, essa tem sido a estratégia dos últimos anos, em especial depois do primeiro mandato do Presidente Donald Trump. Os esforços se dão em diversas frentes, com a consolidação de importantes mercados como energia renovável, baterias e carros eletrificados. Os robôs são a nova aposta, além dos avanços em Inteligência Artificial. Uma questão bem relevante se concentra nos acessos a alguns tipos de *chips*, cujo fornecimento ainda depende de empresas dos Estados Unidos.

“ O direcionamento dado ao setor de tecnologia será intensificado. De fato, essa tem sido a estratégia dos últimos anos, em especial depois do primeiro mandato do Presidente Donald Trump.”

A quinta certeza é que acordos bilaterais com países, a busca por novos mercados e novos produtos serão a estratégia complementar para manter o crescimento estável. Da mesma forma como observa-se no segmento de tecnologia, essas ações têm se intensificado desde 2018, momento em que as relações com os Estados Unidos começaram a piorar. Esses avanços devem pautar também as negociações com Washington. Além dessa frente de estreitamento de relações, inclusive como forma de diversificação de riscos, há esforços de busca por segurança estratégica, como alimentação e energia. Nesse sentido, há ações concretas de busca por autossuficiência e/ou da redução de dependência de fornecedores globais.

“ Acordos bilaterais com países, a busca por novos mercados e novos produtos serão a estratégia complementar para manter o crescimento estável.”

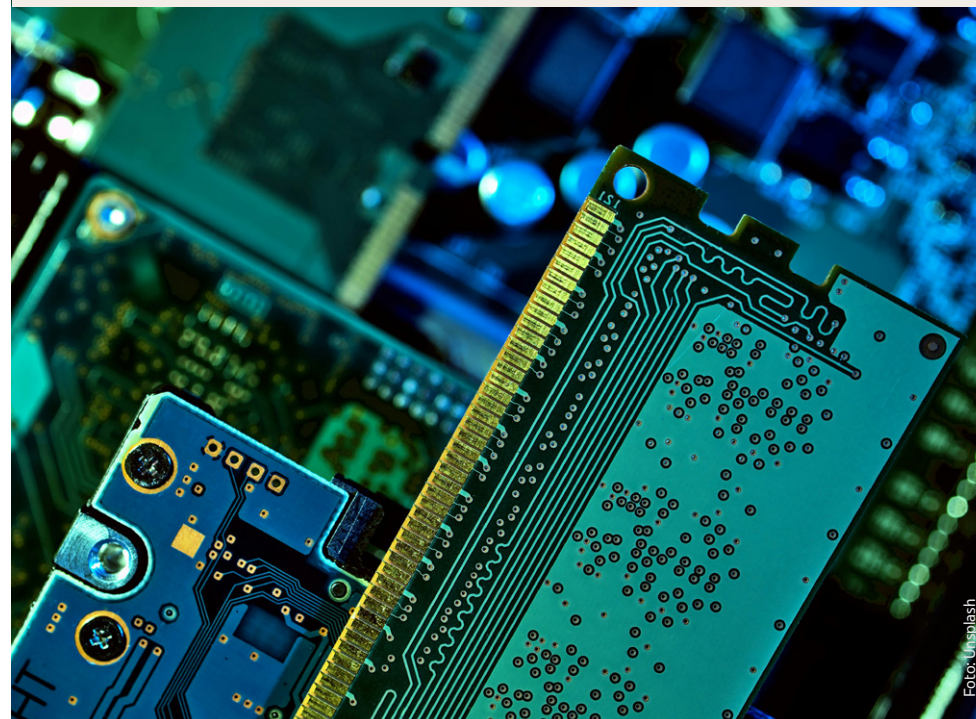


Foto: Unsplash

E a relação com os Estados Unidos? Aqui prevalecem as incertezas, e o ponto de partida de qualquer análise deve ser o de uma mudança permanente da relação entre os dois países – na direção já observada nos últimos dois mandatos do governo dos EUA. Mesmo assim, o nível atual das tarifas – hoje proibitivo – não será sustentável e definitivo. De forma simplificada, do lado dos Estados Unidos, os impactos negativos serão sentidos especialmente por meio do aumento da inflação e/ou da falta de fornecimento de produtos – especialmente aqueles que são insumos para sua produção local, além das incertezas que afetarão o PIB. Do lado chinês, o acesso ao mercado norte-americano como destino dos seus produtos e a disponibilidade de produtos dos EUA também são muito relevantes – sem esses elementos, a perda de PIB é considerável. As negociações diretas entre os dois países não serão fáceis, levarão tempo, poderão ser feitas em etapas e há interesses para além dos econômicos em jogo, que levam em conta também os acordos com o restante do mundo.

Um dos cenários possíveis é a redução das tarifas para um nível ainda elevado, ao redor de 60%, no horizonte dos próximos meses. Esse patamar, por sua vez, manteria a China com tarifas bem superiores aos demais países. Por ora, é possível que barreiras não tarifárias sejam usadas para escalar as tensões. Dessa forma, não deve haver movimentos deliberados como a depreciação da moeda chinesa e a vendas de títulos do tesouro norte-americano. Sanções a determinadas empresas ou mercados, bem como restrição de venda de produtos – como bens tecnológicos do lado dos EUA e terras raras do lado da China – podem ser trazidas na negociação das tarifas e dos acessos a mercados.

“Sanções a determinadas empresas ou mercados, bem como restrição de venda de produtos – como bens tecnológicos do lado dos EUA e terras raras do lado da China – podem ser trazidas na negociação das tarifas e dos acessos a mercados.”

GRÁFICO 4. TARIFAS DE IMPORTAÇÃO DOS EUA E DA CHINA (%)



Fonte: Chad P. Bown. 2025. US-China Trade War Tariffs: An Up-to-Date Chart

Em suma, a despeito das dúvidas e dos possíveis cenários da relação entre Estados Unidos e China, há elementos que parecem trazer maiores certezas, como as condições atuais mais favoráveis da economia chinesa e os estímulos para fortalecer a demanda interna. Os acordos – como os recém assinados com alguns países asiáticos – devem ser acentuados. Por ora, é factível ajustar a taxa de expansão deste e do próximo ano, de 4,6% para 4,2% e de 4,5% para 4%, respectivamente. Mesmo com alívio da política econômica, as negociações entre os dois países não devem acontecer rapidamente e os impactos negativos não poderão ser mitigados – apenas minimizados.

Eficiência Administrativa e Maior Participação Popular: Vetores da Nova Governança da China

Por **Evandro Menezes de Carvalho***

Diante de desafios econômicos e geopolíticos, governo chinês aposta em reformas institucionais e inovação tecnológica para sustentar seu modelo de desenvolvimento, ao mesmo tempo que redefine o papel dos deputados ao implementar maior supervisão normativa e participação popular

Neste ano de 2025 se concluirá o 14.º Plano Quinquenal (2021-2025) que apresentou mudanças estruturais importantes nas diretrizes estratégicas do governo chinês se comparado ao anterior, com uma reorientação nos fundamentos do crescimento da China. A compreensão dessas mudanças é importante para contextualizarmos a reforma política aprovada pela Assembleia Popular Nacional (APN) em março passado.

O 13.º Plano Quinquenal (2016–2020) centrou-se na consolidação de uma “sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos”. Era o Plano que antecedia a realização da primeira meta centenária do Partido Comunista da China (PCC), qual seja, a redução da extrema pobreza. Os seus principais pilares foram apontados em 2014 quando o termo “novo normal” da economia chinesa foi adotado

pelo governo para sinalizar uma mudança estrutural: crescimento mais lento, mas mais sustentável; foco em qualidade e não na quantidade; transição para uma economia baseada no consumo interno, na inovação e serviços; redução da dependência de exportações e investimento em infraestrutura pesada; e atenção à eficiência energética e ao meio ambiente. O objetivo era preparar a população para uma nova fase de crescimento mais moderado e deixar claro que esta desaceleração era deliberada e positiva, e não resultado de uma crise.

A pandemia e o primeiro governo Trump – que inaugurou uma fase de explícito protecionismo e unilateralismo dos Estados Unidos – foram fatos que influenciaram a elaboração do 14.º Plano Quinquenal. O governo chinês não fixou metas de crescimento do PIB para o novo quinquê-

* Professor de Direito Internacional da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da FGV Direito Rio. Professor da Cátedra Wutong do College of Sinology and Chinese Studies da Beijing Language and Culture University (BLCU). Doutor em Direito Internacional pela USP com pós-doutorado na Escola de Governo da Peking University (2023-2024). Recebeu o “Chinese Government Friendship Award 2023”, concedido pelo Governo Central da China. Autor do livro “China: Tradição e Modernidade na Governança do País”.



Duas palavras resumem a tônica da governança chinesa daqui para frente: [...] *eficiência* no planejamento e execução das diretrizes partidárias e das políticas governamentais, e *engajamento* com a população na busca do cumprimento dos objetivos políticos e econômicos do Partido.”

nio e introduziu, pela primeira vez, o paradigma da “dupla circulação” que, sem abandonar a abertura externa, reforçava o mercado doméstico como pilar central do desenvolvimento, visando reduzir a dependência de insumos e tecnologias estrangeiras.

Ambos os planos colocaram a inovação no centro da estratégia nacional. No 13.º Plano, foi enfatizado o apoio à ciência aplicada e ao desenvolvimento tecnológico em setores estratégicos, como manufatura avançada, Tecnologia da Informação e biotecnologia. O 14.º Plano, por sua vez, foi além: lançou um programa decenal para pesquisa básica, elevou os gastos com pesquisa e desenvolvimento (P&D) em mais de 7% ao ano e buscou a autossuficiência tecnológica em áreas críticas, como semicondutores, Inteligência Artificial e computação quântica. Dados do Departamento Nacional de Estatísticas mostram que, em 2024, o gasto total da China em P&D chegou a ¥ 3,61 trilhões (cerca de US\$ 503,21 bilhões), garantindo sua posição como o segundo maior investidor em P&D do mundo – atrás apenas dos Estados Unidos. Se o 13.º Plano introduziu metas ecológicas ambiciosas, foi no 14.º Plano que a China formalizou o seu compromisso com o pico de emissões até 2030 e a neutralidade de carbono até 2060.

Reformas políticas na China: tendências para os próximos anos

Na observação atenta do 13.º e do 14.º Planos podemos apontar tendências para o 15.º Plano Quinquenal (2026-2030). O modelo de “dupla circulação” deve ser aprofundado, especialmente diante do cenário geopolítico desafiador e do “desacoplamento” tecnológico com os EUA. O sistema nacional de inovação deverá contar com um protagonismo empresarial e estatal coordenado ainda maior a fim de buscar a liderança global em tecnologias de fronteira. O governo deverá incluir metas ecológicas vinculantes mais rigorosas e consolidar a meta de urbanização em torno de 70% da população. Deverá haver uma unificação progressiva do sis-

“

O sistema nacional de inovação deverá contar com um protagonismo empresarial e estatal coordenado ainda maior a fim de buscar a liderança global em tecnologias de fronteira.”

tema de seguridade social entre áreas urbanas e rurais, com atenção à equidade intergeracional e à justiça social visando um novo modelo de desenvolvimento humano.

Isso não se dará sem o devido avanço nas reformas do sistema de governança. Diante dos acentuados desafios geopolíticos, estas reformas visam promover uma maior conexão dos representantes do Estado e do Partido com a população, para alcançar o objetivo estratégico de tornar o país “moderadamente desenvolvido” até 2035. Não é sem razão que,



em março de 2025, a Terceira Sessão da 14.ª Assembleia Popular Nacional (APN) aprovou significativas emendas à “Lei da República Popular da China sobre Deputados para a Assembleia Popular Nacional e Assembleias Populares Locais em Todos os Níveis”. Essa reforma da lei representa um novo estágio na institucionalização do papel dos deputados como representantes do povo dentro do sistema político chinês, consolidando práticas que vinham sendo implementadas de maneira experimental ao longo da última década, tais como os mecanismos de escuta da população, e que, agora, tem como finalidade avançar na chamada “democracia popular de processo integral”.

A referida lei foi originalmente promulgada em 1992 e define os direitos e deveres dos cerca de 2,8 milhões de deputados distribuídos nos níveis administrativos da China: nacional, provincial, municipal, distrital e local. A reforma responde à necessidade do PCCh de fortalecer a legitimidade das assembleias populares como órgãos do “poder estatal” e de garantir que os deputados cumpram seu papel representativo de forma mais ativa. A reforma introduz requisitos políticos que já eram aplicados na prática, mas careciam de respaldo normativo formal. Assim, mesmo sabendo que os deputados devem manter contato com as suas bases eleitorais e defender os interesses da

“

O governo deverá incluir metas ecológicas vinculantes mais rigorosas e consolidar a meta de urbanização em torno de 70% da população.”

população em questões cotidianas relativas à educação, saúde, trabalho, etc., a lei, em seu novo artigo 5, determina que os deputados devem implementar a “democracia popular de processo integral” e representar fielmente os interesses do povo.

Outro avanço institucional relevante que atende a esse objetivo é a formalização da política dos “Dois Contatos”. Esta política estabelece obrigações mútuas de contato entre deputados e órgãos estatais, de um lado, e entre deputados e o povo, de outro. Os comitês permanentes das assembleias devem criar mecanismos para ampliar a participação dos deputados na elaboração legislativa e na fiscalização. Além disso, a nova lei reforça a obrigação dos deputados de participarem das atividades organizadas pelas assembleias para manter vínculos com as bases e escutar suas demandas. Tais medidas visam superar o distanciamento na relação com o povo no exercício do mandato, especialmente dos deputados eleitos indiretamente (os deputados de nível distrital e local são eleitos diretamente pela população da referida unidade eleitoral), e refletem um esforço de aproximação institucional entre o Estado e a sociedade civil.

“

Se o 13.º Plano introduziu metas ecológicas ambiciosas, foi no 14.º Plano que a China formalizou o seu compromisso com o pico de emissões até 2030 e a neutralidade de carbono até 2060.”

A reforma também introduz mecanismos de responsabilização, prevendo a obrigação de todos os deputados (inclusive os não eleitos diretamente) de prestarem contas sobre suas atividades. Os órgãos de supervisão devem manter registros do desempenho funcional, incluindo presença em sessões legislativas, número de propostas apresentadas por cada deputado e registro da participação deles em capacitações. Se essas informações eram utilizadas para subsidiar decisões sobre a recondução do deputado a mais um mandato, agora passam a permitir, em alguma medida, a fiscalização pública dos representantes. É preciso acompanhar como será a implementação desta inovação institucional.

Há novas exigências éticas que se somam àquelas existentes na lei antes de ser reformada. Agora, os deputados não apenas são proibidos de intervir em processos judiciais ou licitações, mas também de utilizar seus cargos de forma indireta para fins comerciais ou para influenciar ações administrativas. Tais medidas buscam limitar práticas clientelistas ou conflitos de interesse, reafirmando os contornos institucionais do cargo de deputado.

Se a nova lei introduz medidas de apoio e incentivo ao desempenho dos deputados, tais como reembolsos por despesas de deslocamento e assistência especial a deputados com deficiência, ela também traz a possibilidade de destituição do cargo por ineficiência.

A busca por equilíbrio entre supervisão e representação popular

As emendas à Lei sobre os Deputados representam um esforço de racionalização e fortalecimento do sistema representativo sob a lógica do socialismo chinês. Ao mesmo tempo que reforçam a liderança do PCC sobre os deputados, buscam ampliar sua funcionalidade representativa e sua conexão com a população. Trata-se de um passo relevante

na construção de um sistema de representação mais formalizado e responsivo, ainda que dentro dos limites impostos pela centralização partidária.

Duas palavras resumem a tônica da governança chinesa daqui para frente e que estarão no coração do sistema de supervisão de desempenho dos deputados e dos membros do Partido no contexto da “democracia popular de processo integral”. São elas: *eficiência* no planejamento e execução das diretrizes partidárias e das políticas governamentais, e *engajamento* com a população na busca do cumprimento dos objetivos políticos e econômicos do Partido. Nesta nova fase de maior *eficiência administrativa* com maior *participação popular*, as Duas Sessões de 2025 destacaram a importância do governo digital (governança baseada em dados), ampliando o acesso a serviços *online* (digitalização dos serviços públicos) e a racionalização da administração pública, reduzindo o formalismo burocrático com o intuito de restaurar a confiança do público nas instituições governamentais.

Para atingir estes objetivos, o governo aposta no fortalecimento da legalidade administrativa e na ampliação da transparência. É o que se depreende do novo artigo 6 da lei, que obriga os deputados a defender a Constituição e a governança baseada na lei. Essa governança tem um traço muito peculiar no sistema político e jurídico chinês: ela busca promover não só o *Estado de Direito*, mas também o *Estado de Virtude* – um princípio confucionista. A promoção da integridade governamental com o cumprimento de padrões morais elevados na vida pública atende às exigências do que é um traço essencial do sistema político da China: o de ser, antes de tudo, uma *República Popular*.

Brasil Amplia Exportações de Minerais Estratégicos para a China

Por **Tulio Cariello***

Demanda por produtos da indústria verde impulsionou vendas de cobre, manganês, ferroníquel e elementos raros no primeiro trimestre de 2025

BALANÇA COMERCIAL BRASIL-CHINA

Exportações para a China no primeiro trimestre têm primeira queda em uma década

As exportações do Brasil para a China no primeiro trimestre de 2025 chegaram a US\$ 19,8 bilhões – 13,4% a menos do que nos três primeiros meses de 2024 e a primeira queda para o período desde 2015. O movimento foi causado pela contração dos preços e do volume embarcado de algumas das principais commodities destinadas ao país asiático, como minério de ferro e petróleo. A redução no valor dos embarques para a China foi a mais acentuada entre os principais destinos das exportações brasileiras. As vendas para os Estados Unidos caíram 0,8%, enquanto os embarques

para o Mercosul e a União Europeia cresceram 36% e 16,6%, respectivamente. Com o impacto do encolhimento das vendas para a China, as exportações do Brasil para o mundo tiveram discreta redução de 0,5%.

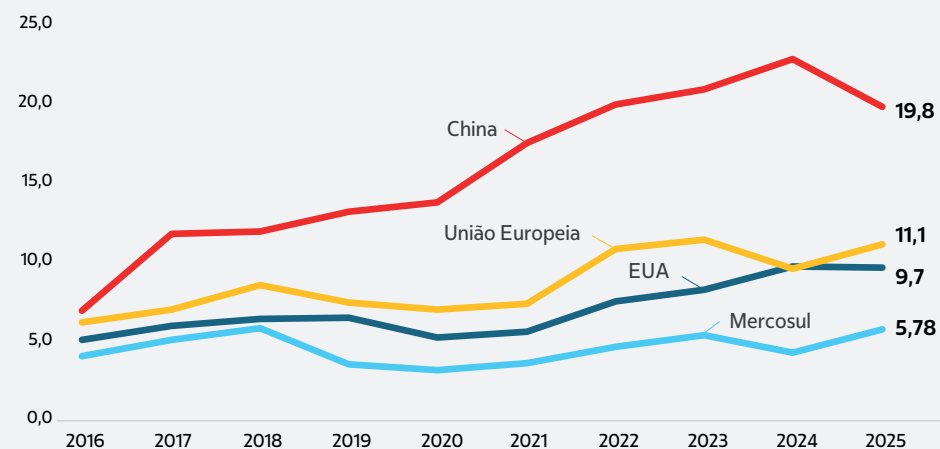
A China absorveu 25,6% das exportações do Brasil – 3,8 pontos percentuais a menos do que no primeiro trimestre de 2024 –, a menor participação no período desde 2018. Os Estados Unidos mantiveram fatia de 12,5% em 2025 e 2024, percentual superior ao verificado entre 2020 e 2023, quando a participação do país ficou na faixa de 10%. A participação da União Europeia subiu 2 pontos percentuais, fechando o primeiro trimestre com 14,4%, mesma variação do Mercosul, que ficou com fatia de 7,5%.



As exportações do Brasil para a China no primeiro trimestre de 2025 chegaram a US\$ 19,8 bilhões – 13,4% a menos do que nos três primeiros meses de 2024 e a primeira queda para o período desde 2015.”

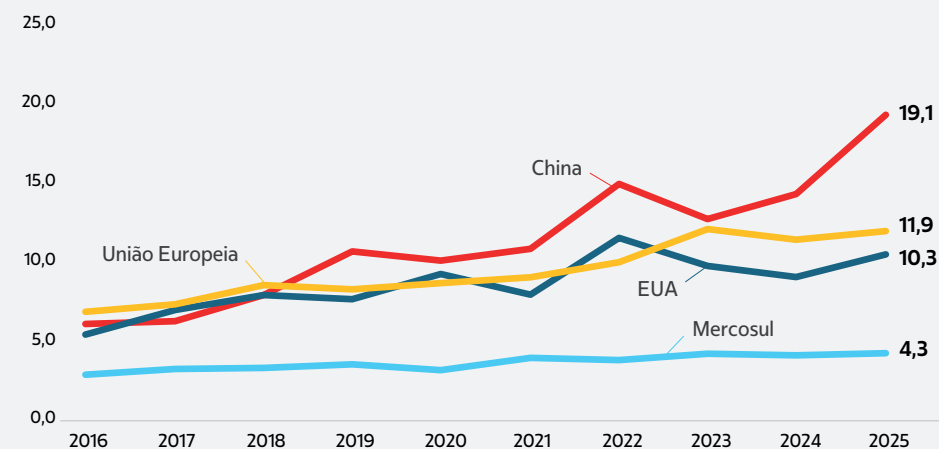
* Diretor de Conteúdo e Pesquisa do CEBC. Desde 2012 acompanha as relações bilaterais nas áreas econômica e política. É autor de diversos estudos sobre investimentos chineses no Brasil, seu principal tema de atuação. Na área de *advocacy*, participou da elaboração de encontros empresariais e reuniões com autoridades, incluindo Ministros, Vice-Presidentes e Presidentes do Brasil e da China. É formado pelo Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio e participou do *Visiting Program for Young Sinologists* na Chongqing Normal University (China).

GRÁFICO 1. EXPORTAÇÕES DO BRASIL NO 1.º TRIMESTRE – PARCEIROS SELECIONADOS (US\$ BILHÕES)



Fonte: MDIC | Elaboração: CEBC

GRÁFICO 2. IMPORTAÇÕES DO BRASIL NO 1.º TRIMESTRE – PARCEIROS SELECIONADOS (US\$ BILHÕES)



Fonte: MDIC | Elaboração: CEBC

Importações com origem na China atingem recorde no primeiro trimestre

As importações do Brasil com origem na China acumularam US\$ 19 bilhões entre janeiro e março de 2025, o maior montante registrado no primeiro trimestre de um ano. O valor reflete aumento de 35% em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo o crescimento mais marcante entre as principais origens das compras externas do Brasil. Também cresceram as importações vindas dos Estados Unidos (15%), do Mercosul (6%) e da União Europeia (5%). As importações brasileiras com origem no mundo subiram 13,7%.

A China foi responsável por 28,3% das importações do Brasil – 4,4 pontos percentuais a mais do que no primeiro trimestre de 2024. Os Estados Unidos ficaram em segundo lugar, com fatia de 15,3%, registrando queda marginal de 0,1 ponto percentual. A Argentina, com 4,4%, também teve discreta perda de 0,2 ponto percentual.

Brasil recupera superávit com a China e tem saldo de US\$ 700 milhões

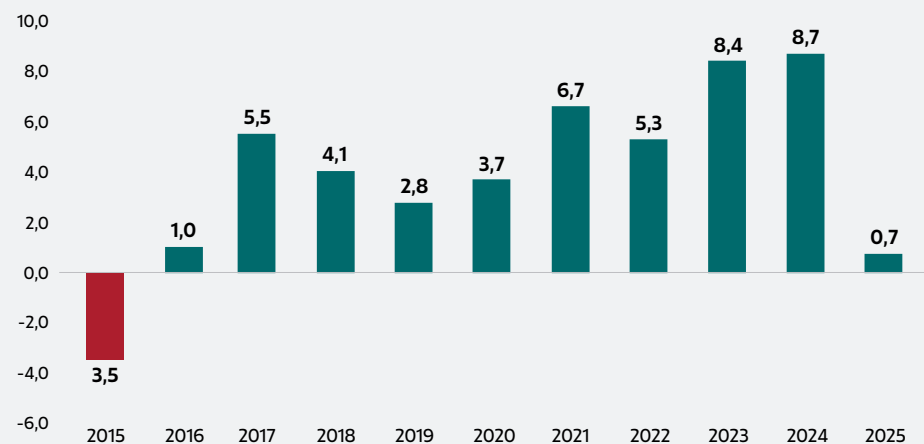
Após registrar déficit de US\$ 3,2 bilhões com a China no primeiro bimestre de 2025, o

comércio bilateral voltou a ser favorável ao Brasil, que teve superávit de US\$ 700 milhões com o país asiático no primeiro trimestre. Apesar disso, o valor é o menor registrado desde o primeiro trimestre de 2015, quando as trocas entre os dois países foram favoráveis aos chineses em US\$ 3,5 bilhões. Dos principais parceiros comerciais do Brasil, apenas as transações com o Mercosul foram superavitárias, com saldo de US\$ 1,5 bilhão. O país teve déficits de US\$ 637 milhões com os Estados Unidos e de US\$ 764 milhões com a União Europeia. Mesmo com um cenário desfavorável no comércio com seus principais mercados, o Brasil teve superávit de US\$ 9,98 bilhões com o mundo no primeiro trimestre.

Puxada por importações, corrente comercial Brasil-China aumenta 5%

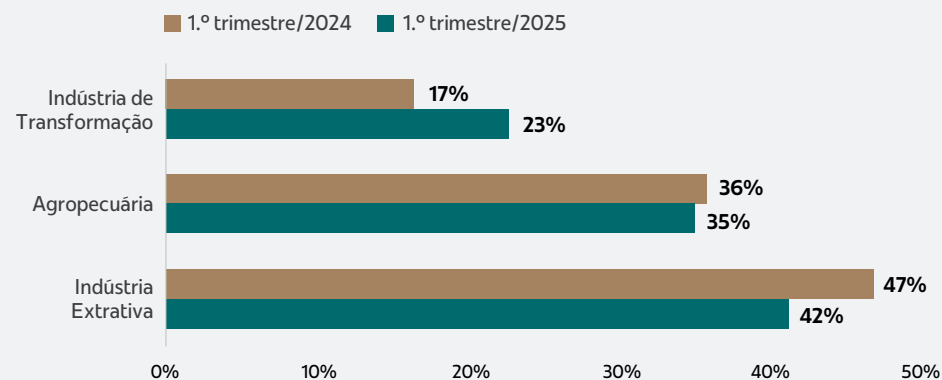
A corrente de comércio entre Brasil e China somou US\$ 38,9 bilhões no primeiro trimestre – 5% a mais do que no mesmo período do ano anterior. O país representou 27% de todo o comércio exterior brasileiro, quase o dobro da fatia dos Estados Unidos, que ficaram em segundo lugar, com participação de 13,8%. A União Europeia respondeu por 16%, enquanto o Mercosul teve participação de 7%.

GRÁFICO 3. SALDO COMERCIAL BRASIL-CHINA NO 1º TRIMESTRE (US\$ BILHÕES)



Fonte: MDIC | Elaboração: CEBC

GRÁFICO 4. PARTICIPAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NAS EXPORTAÇÕES PARA A CHINA



Fonte: MDIC | Elaboração: CEBC

EXPORTAÇÕES

Participação da indústria de transformação cresce nas exportações para a China

A indústria de transformação representou 23% das exportações do Brasil para a China no primeiro trimestre, um aumento de 6 pontos percentuais, sendo a única atividade econômica com ganho de participação. As vendas da indústria extrativa lideraram com fatia de 42% – 5 pontos percentuais a menos do que no primeiro trimestre do ano anterior. O setor agropecuário respondeu por 35% do total, com queda marginal de 1 ponto percentual.

Exportações de minério de cobre quase triplicam no primeiro trimestre

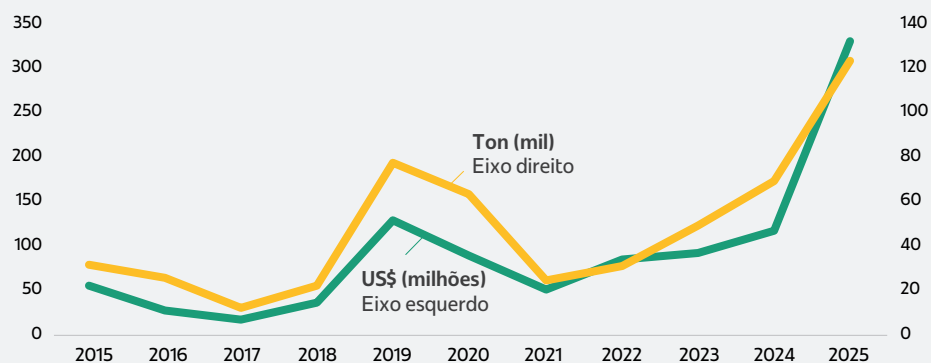
As exportações de minério de cobre para a China no primeiro trimestre atingiram recorde de US\$ 331 milhões, 180% a mais do que no mesmo período de 2024, com participação de 2% no total das vendas para o país. O resultado foi alavancado pela valorização de 18% no preço do mineral e pelo aumento de 79% do volume embarcado, que chegou a 124 mil toneladas – a maior marca registrada para o período. Entre os 10 produtos mais exportados para a China no primeiro trimestre, o minério de cobre teve o maior crescimento relativo, tanto em valor quanto em volume.

“ Entre os 10 produtos mais exportados para a China no primeiro trimestre, o minério de cobre teve o maior crescimento relativo, tanto em valor quanto em volume.”



Foto: S. Rae/ Wikimedia

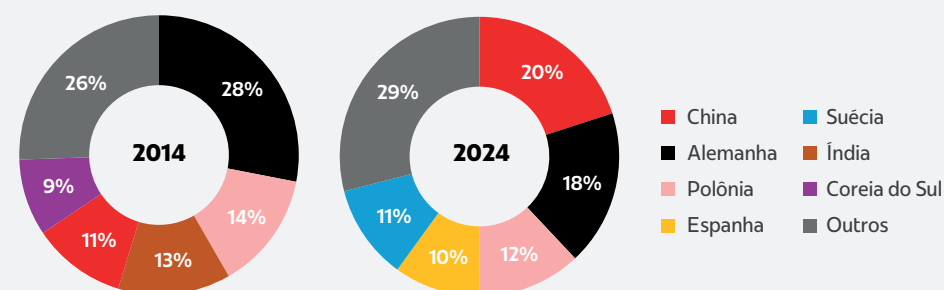
GRÁFICO 5. EXPORTAÇÕES DE MINÉRIO DE COBRE DO BRASIL PARA A CHINA NO 1.º TRIMESTRE



Fonte: MDIC | Elaboração: CEBC

Com participação de 35%, a China foi o principal destino das vendas de minério de cobre nacional nos três primeiros meses do ano, seguida por Bulgária (18%) e Alemanha (15%). A demanda chinesa por minerais usados na indústria de transição energética tem transformado o país em um mercado importante para o Brasil. No ano passado, a China foi o principal cliente dos produtores de minério de cobre nacionais no exterior, com participação de 20% – o único parceiro asiático entre os cinco principais destinos, que incluíram exclusivamente países europeus. Em 2014, a China tinha participação de 11%, atrás da Alemanha, da Polônia e da Índia, o que evidencia os ganhos de participação do gigante asiático.

GRÁFICO 6. EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES DE MINÉRIO DE COBRE DO BRASIL



Fonte: MDIC | Elaboração: CEBC

Exportações de minerais estratégicos para a transição energética aceleram

Além do minério de cobre, o volume das vendas de outros materiais usados na indústria verde também aumentou no primeiro trimestre, incluindo manganês (310%), ferroníquel (253%), cobre afinado e ligas de cobre (56%), obras de nióbio (35%) e ferronióbio (13%). As exportações de compostos de metais de terras raras de ítrio e escândio chegaram a 419 toneladas – volume sete vezes maior do que o registrado em todo o ano de 2024. Os embarques de carbonato de lítio somaram 56 toneladas nos três primeiros meses de 2025, sem registros de vendas no mesmo período do ano anterior – ainda que no acumulado de 2024 o Brasil tenha vendido 266 toneladas do material para a China, que absorveu 91% das exportações nacionais.

TABELA 1. PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS DO BRASIL PARA A CHINA NO 1.º TRIMESTRE

EXPORTAÇÕES	2025			Variação sobre o mesmo período do ano anterior		
	US\$ (milhões)	Ton (mil)	Participação na pauta	US\$ (%)	Ton (%)	Participação na pauta (pp)
Soja	6.678	16.946	34%	-4,4%	7%	3,2
Petróleo bruto	3.901	7.779	20%	-25%	-26%	-3,1
Minério de ferro	3.869	59.129	20%	-25%	3%	-3,1
Carne bovina	1.356	280	6,8%	11%	2%	1,5
Celulose	1.136	2.478	6%	37%	18%	2,1
Minério de cobre	331	124	2%	180%	79%	1,2
Carne de frango	328	140	2%	29%	18%	0,5
Tabaco	320	33	1,6%	8%	-13%	0,3
Ferro-ligas	308	28	1,6%	28%	73%	0,5
Algodão	197	116	1%	-76%	-73%	-2,7
Outros	1.380	2.193	7%	-19%	-41%	-0,4

Fonte: MDIC | Elaboração: CEBC

“ O volume das vendas de outros materiais usados na indústria verde também aumentou no primeiro trimestre, incluindo manganês (310%), ferroníquel (253%), cobre afinado e ligas de cobre (56%), obras de nióbio (35%) e ferronióbio (13%).”

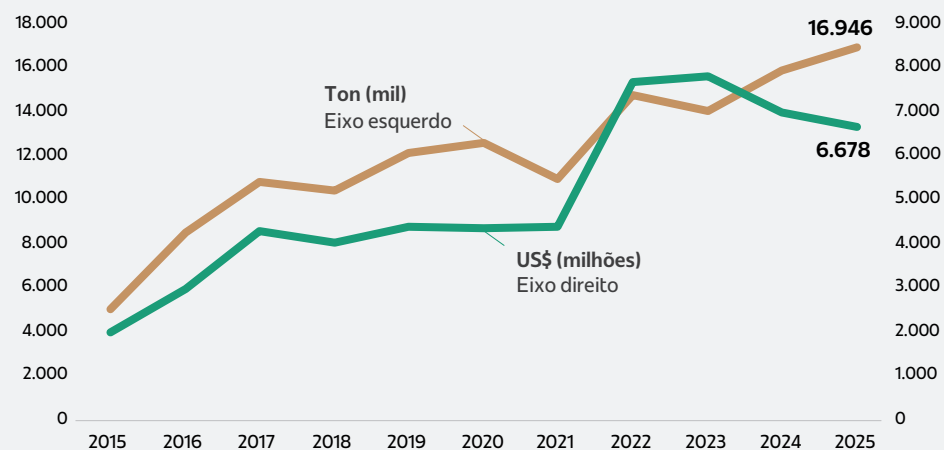
Volume de minério de ferro embarcado atinge recorde, mas preço reduz faturamento

O volume de minério de ferro exportado para a China cresceu 3% no primeiro trimestre, totalizando 59 mil toneladas – o maior montante já registrado para o período. No entanto, a queda de 22% no preço do produto resultou em uma retração de 25% no faturamento. Apesar do recuo, a China continua sendo o principal destino do minério brasileiro, tendo respondido por 65% das remessas nos três primeiros meses do ano.

Volume das exportações de soja para a China atinge recorde no primeiro trimestre

Com a queda nos preços da soja, o faturamento das exportações do grão para a China recuou 4,4% no primeiro trimestre, mesmo com aumento de 7% no volume embarcado. Ainda assim, as vendas atingiram um recorde histórico para o período, somando quase 17 mil toneladas nos três primeiros meses do ano. Esse desempenho foi impulsionado por outro marco: somente em março, os embarques alcançaram 11 milhões de toneladas, o maior patamar registrado para o mês. A China foi destino de 77% de toda a soja exportada pelo Brasil, um ganho de participação de 5 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior.

GRÁFICO 7. EXPORTAÇÕES DE SOJA DO BRASIL PARA A CHINA NO 1.º TRIMESTRE



Fonte: MDIC | Elaboração: CEBC

Exportações de carne bovina e de frango crescem, vendas de carne suína caem

As exportações de proteína animal registraram desempenho heterogêneo no primeiro trimestre. Os valores das vendas de carne bovina e de frango cresceram 11% e 29%, respectivamente, ao passo que o faturamento dos embarques de carne suína recuou 21%. Os preços subiram nos três segmentos, mas a queda no volume das exportações de carne suína impediu maiores ganhos provenientes do aumento do valor do produto. Outros segmentos do setor tiveram bom desempenho, a exemplo do valor das vendas de miúdos (exceto de aves), que cresceu 26%, fechando o período com US\$ 14,6 milhões. O valor exportado de gordura ovina e caprina subiu 61%, somando US\$ 9,3 milhões.

Com menor volume vendido, faturamento das exportações de petróleo cai 25%

A China foi destino de 40% do petróleo exportado pelo Brasil no primeiro trimestre, ainda que o volume das vendas tenha caído 26%, resultando em faturamento 25% inferior. Em movimento semelhante, os embarques para os Estados Unidos, segundo principal mercado do produto, caíram 42% em valor e volume. Com a redução das vendas para os principais compradores do petróleo nacional, as exportações totais do produto encolheram 13,6%.

Vendas de torneiras, válvulas e aparelhos mecânicos têm crescimento exponencial

As exportações de algumas manufaturas nacionais aumentaram exponencialmente no primeiro trimestre. As vendas de torneiras e válvulas cresceram quase 13 vezes, com embarques que somaram US\$ 35 milhões. Ao mesmo tempo, as remessas de máquinas e aparelhos mecânicos saltaram quase 100 vezes nesse período, em um comércio que chegou a US\$ 23 milhões.

Minas Gerais lidera exportações para a China

Minas Gerais liderou as exportações para a China no primeiro trimestre, com participação de 15%, puxada pelas vendas de minério de ferro, que representaram 63% do valor dos embarques mineiros para o país. Em seguida, Mato Grosso e Rio de Janeiro tiveram fatias individuais de 12%, com exportações dominadas por soja e petróleo.

“ Minas Gerais liderou as exportações para a China no primeiro trimestre, com participação de 15%, puxada pelas vendas de minério de ferro.”

GRÁFICO 8. PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NAS EXPORTAÇÕES PARA A CHINA E PRINCIPAIS PRODUTOS (1.º TRI)



Fonte: MDIC | Elaboração: CEBC

1.º Minas Gerais 15%

Principais produtos:
minério de ferro (63%), soja (15%),
ferro-ligas (5%)

2.º Mato Grosso 12%

Principais produtos:
soja (80%), carne bovina (12%),
algodão (5%)

3.º Rio de Janeiro 12%

Principais produtos:
petróleo (94%), minério de ferro (3,3%),
torneiras e válvulas (1,2%)



Foto: Rawpixel

IMPORTAÇÕES

Indústria de transformação lidera importações vindas da China com 99,7%

As importações brasileiras com origem na China no primeiro trimestre foram compostas quase integralmente por produtos da indústria de transformação, que respondeu por 99,7% do total das compras. Houve participação residual de itens de outras atividades econômicas, incluindo produtos hortícolas, frutas e nozes, especiarias, material impresso e minerais brutos.

Compra bilionária de plataforma reconfigura temporariamente importações do Brasil

A compra de uma plataforma de petróleo chinesa em fevereiro transformou momentaneamente a pauta de importação do Brasil com origem no país asiático.

TABELA 2. PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS DA CHINA PELO BRASIL NO 1.º TRIMESTRE

IMPORTAÇÕES	2025			Variação sobre o mesmo período do ano anterior		
	US\$ (milhões)	Ton (mil)	Participação na pauta	US\$ (%)	Ton (%)	Participação na pauta (pp)
Plataformas de perfuração ou exploração de petróleo	2.661	133	14%	-	-	14
Painéis solares	549	353	2,9%	-32%	13%	-2,8
Cartões de memória e <i>chips</i>	359	15	1,9%	25%	35%	-0,1
Partes para <i>smartphones</i>	327	3	1,7%	8%	20%	-0,4
Conversores elétricos estáticos	265	14	1,4%	3%	8%	-0,4
Processadores, controladores e circuitos	215	0	1%	8%	-18%	-0,3
Peças para ar-condicionado	200	31	1%	44%	40%	0,1
Sulfato de amônio	192	1.268	1%	51%	68%	0,1
Herbicidas, inseticidas e fungicidas	179	50	0,9%	6,7%	13%	-0,2
Piridina	171	5	0,9%	73%	45%	0,2
Outros	13.939	5.074	73%	19%	29%	-10

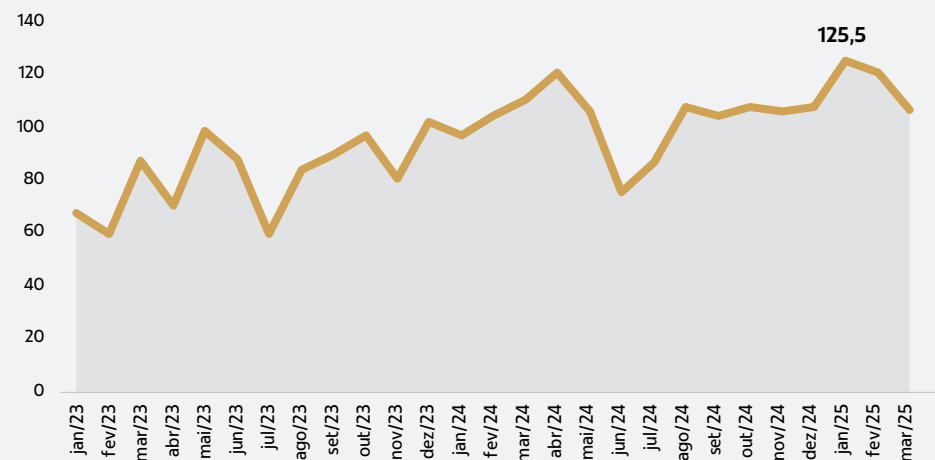
Fonte: MDIC | Elaboração: CEBC

A aquisição deslocou a posição de produtos que frequentemente aparecem entre os mais comprados, como painéis solares, eletroeletrônicos e suas partes, alcançando a plataforma ao primeiro lugar. Na última década, o Brasil fez compras similares da China que geraram cenário semelhante, especificamente em agosto de 2018 e janeiro de 2019 e de 2020, quando o país adquiriu plataformas de perfuração ou exploração de petróleo chinesas por valores que variaram entre US\$ 1,8 bilhão e US\$ 2,6 bilhões.

Importações de painéis solares atingem recorde no primeiro trimestre

Com crescimento de 13%, o volume de painéis solares chineses desembarcados em portos brasileiros no primeiro trimestre chegou ao maior número da série histórica para o período, ainda que o valor das transações tenha caído 32%, refletindo a queda dos preços do produto causada por fatores como o excesso de oferta e o aumento da concorrência de fornecedores chineses. Em análise mensal, o maior volume registrado foi em janeiro de 2025 (125,5 mil toneladas), após importações estáveis entre setembro e dezembro de 2024, que variaram entre 104 e 108 mil toneladas. Depois do pico registrado no início do ano, o volume das compras caiu 4% em fevereiro e 12% em março.

GRÁFICO 9. IMPORTAÇÕES MENSAIS DE PAINÉIS SOLARES CHINESES (MIL TONELADAS)

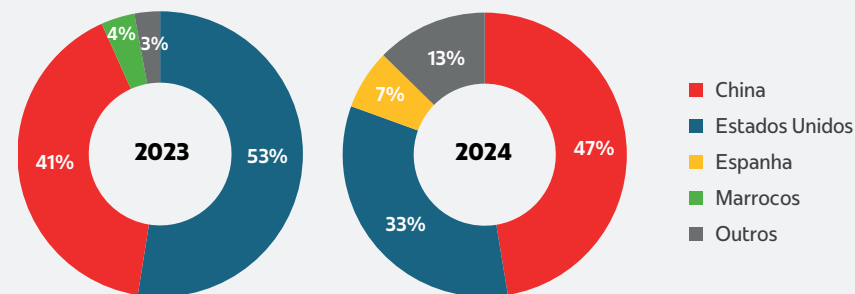


Fonte: MDIC | Elaboração: CEBC

Importações de fertilizantes com fósforo e nitrogênio crescem exponencialmente

O volume importado de fertilizantes com fósforo e nitrogênio saltou 625% no primeiro trimestre, com crescimento de 583% no valor das compras. Com 265 mil toneladas desembarcadas no país, esse foi o maior volume registrado nos três primeiros meses de um ano desde o início da série histórica, resultando em compras que somaram US\$ 113 milhões. A China foi o principal fornecedor do Brasil, com participação de 48%, seguida pelos Estados Unidos e pela Rússia, com fatias de 24% e 11%, respectivamente.

GRÁFICO 10. IMPORTAÇÕES DE FERTILIZANTES COM FÓSFORO E NITROGÊNIO DO BRASIL (% EM TONELADAS)



Fonte: MDIC | Elaboração: CEBC

O país asiático tem aumentado sua relevância como fornecedor de fertilizantes com fósforo e nitrogênio do Brasil. Em 2023, os Estados Unidos responderam por mais da metade das importações nacionais do produto, enquanto a China ficou em segundo lugar, com 41%. Em 2024, o país asiático aumentou sua participação em 6 pontos percentuais, passando a liderar com 47%, ao passo que os Estados Unidos perderam 20 pontos percentuais, caindo para o segundo lugar.

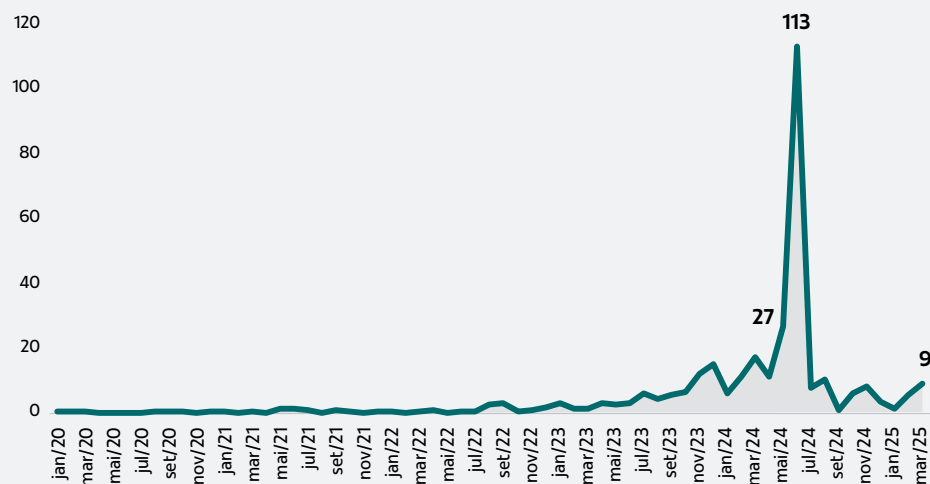
As importações de outros químicos também tiveram crescimento expressivo. O volume dos desembarques de sulfato de amônio aumentou 68%, assim como o de herbicidas, inseticidas e fungicidas (13%) e de piridina (45%), utilizada na produção de defensivos agrícolas e fármacos.

Compras de carros eletrificados caem após aumento de tarifas de importação

Os carros híbridos e 100% elétricos, que no primeiro trimestre de 2024 ficaram entre os três produtos chineses mais importados pelo Brasil, caíram para a 21.ª e a 26.ª posições nos três primeiros meses de 2025, respectivamente. O volume das compras de carros híbridos encolheu 73%, enquanto o de carros 100% elétricos teve discreto crescimento de 3%. Somadas, as importações de veículos eletrificados chegaram a US\$ 156 milhões.

Em análise mensal, junho de 2024 foi um ponto fora da curva, com volume de importações equivalente ao da soma dos nove meses anteriores, resultado da estratégia dos exportadores chineses de embarcar seus veículos antes da segunda fase do aumento gradual da tarifa para importação de carros eletrificados imposta por Brasília.

GRÁFICO 11. IMPORTAÇÕES MENSAIS DE CARROS ELETRIFICADOS CHINESES (MIL TONELADAS)



Fonte: MDIC | Elaboração: CEBC

“ O volume das compras de carros híbridos encolheu 73%, enquanto o de carros 100% elétricos teve discreto crescimento de 3%.”

Com participação de 36%, São Paulo lidera importações com origem na China

O estado de São Paulo absorveu 36% das importações brasileiras vindas da China, seguido por Santa Catarina e Amazonas, com participações de 21% e 9%, respectivamente. Os principais produtos importados incluíram manufaturados com diferentes níveis de agregação de valor, como partes para smartphones, painéis solares, conversores elétricos, cartões de memória, *chips*, aparelhos de ar-condicionado, além da plataforma de petróleo adquirida em fevereiro.

GRÁFICO 12. PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NAS IMPORTAÇÕES VINDAS DA CHINA E PRINCIPAIS PRODUTOS (1.º TRI)



Fonte: MDIC | Elaboração: CEBC

Notas: I - Os dados apresentados foram consultados na base de dados COMEX STAT entre os dias 4 e 10 de abril de 2025. De acordo com informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, os valores podem sofrer alterações devido a atualizações da base de dados; II - Todas as variações relativas aos preços dos produtos têm como fonte a base de dados COMEX STAT, a menos que indicado de forma distinta; III - Os números de exportações, importações, saldo, corrente comercial e cálculos percentuais podem apresentar leves diferenças devido ao arredondamento de valores.

ASSOCIADOS DA SEÇÃO BRASILEIRA DO CIBC

